

I – Afuá-PA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.735-7;

II – São Sebastião da Boa Vista (Beira Mar), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.768-3; e

III – São Sebastião da Boa Vista (Jaçuanã), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.626.344-0.

Art. 3º Fica Isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente nas prestações de serviços e de transporte vinculadas às operações intermunicipais de matérias-primas para o processo produtivo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, relativamente às unidades:

I – Afuá-PA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.735-7;

II – São Sebastião da Boa Vista (Beira Mar), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.768-3; e

III – São Sebastião da Boa Vista (Jaçuanã), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.626.344-0.

Art. 4º Fica Isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente nas operações de aquisição interna e de importação do exterior de embalagens destinadas ao processo produtivo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, relativamente às unidades:

I – Afuá-PA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.735-7;

II – São Sebastião da Boa Vista (Beira Mar), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.768-3; e

III – São Sebastião da Boa Vista (Jaçuanã), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.626.344-0.

Art. 5º Fica isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente nas operações interestaduais de aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado e bens de uso e consumo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, relativamente às unidades:

I – Afuá-PA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.735-7;

II – São Sebastião da Boa Vista (Beira Mar), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.768-3; e

III – São Sebastião da Boa Vista (Jaçuanã), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.626.344-0;

relativamente ao diferencial de alíquota devido.

Art. 6º Fica isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente nas operações de importação do exterior de insumos, bens de uso e consumo e de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, relativamente às unidades:

I – Afuá-PA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.735-7;

II – São Sebastião da Boa Vista (Beira Mar), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.578.768-3; e

III – São Sebastião da Boa Vista (Jaçuanã), inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.626.344-0.

Art. 7º O tratamento tributário previsto nesta Resolução poderá ser revogado e todos os seus efeitos serão considerados nulos, tornando-se devido o imposto corrigido monetariamente e acrescido das penalidades legais, na hipótese de descumprimento:

I - Da legislação que rege a matéria.

II - Das metas constantes do Projeto da empresa e aprovadas pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 8º Fica estabelecido que qualquer alteração no projeto aprovado, por meio desta Resolução, deverá ser previamente comunicada e submetida à aprovação da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, na forma de projeto de revisão, sob pena de serem aplicadas as penalidades estabelecidas na legislação.

Art. 9º Fica atribuído à pessoa jurídica o dever de comunicar qualquer alteração no quadro societário, forma de constituição societária ou outra alteração pertinente, cuja eficácia do ato, para efeito da continuidade da fruição do incentivo fiscal ou financeiro, está condicionada à ulterior aprovação da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

§ 1º Ressalvada a possibilidade de revisão, em caso de dolo ou fraude ou incompatibilidade com o benefício concedido, mediante contraditório e ampla defesa, considera-se tacitamente aprovada a alteração após 06 (Seis) meses da comunicação formal à Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

§ 2º A aprovação da alteração pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará não prejudica a vigência do benefício.

Art. 10º A empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, unidades inscritas no cadastro de Contribuintes do ICMS nº 15.578.735-7, nº 15.578.768-3 e nº 15.626.344-0, ficam obrigadas, a partir da publicação desta Resolução, a cumprir as exigências dispostas no art. 8º do Decreto nº 2.492, de 06 de outubro de 2006, junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, comprovando seu cumprimento por meio da apresentação do Atestado de Idoneidade, semestralmente, à Comissão da Política de Incentivos.

Art. 11º A empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, unidades inscritas no cadastro de Contribuintes do ICMS nº 15.578.735-7, nº 15.578.768-3 e nº 15.626.344-0, ficam obrigadas a fixar, em frente à instalação física de seu empreendimento, placa de promoção e divulgação, conforme modelo aprovado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 12º A empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, unidades inscritas no cadastro de Contribuintes do ICMS nº 15.578.735-7, nº 15.578.768-3 e nº 15.626.344-0, deverão especificar em suas embalagens

a frase “Produzido no Pará”, conforme aprovado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 13º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos por 15 (Quinze) anos, condicionado ao que estabelece a Lei Complementar Federal nº160, de 7 de agosto de 2017 e inciso I da Cláusula Décima do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017 não podendo seu prazo de fruição ultrapassar 31 de dezembro de 2032.

Sala de Reuniões da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, em 18 de dezembro de 2025.

PAULO EDUARDO MAESTRI BENGTON

Presidente da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará

RESOLUÇÃO Nº 056, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA – Unidade Oeiras.

A COMISSÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei nº 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às Agroindústrias;

Considerando o disposto no Decreto nº 2.492, de 6 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às Agroindústrias;

Considerando o disposto no Decreto nº 579, de 2 de março de 2020, que dispõe sobre o tratamento tributário concedido para projetos na Região de integração do Marajó;

Considerando as deliberações da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, na 3ª Reunião Extraordinária do Plenário, realizada em 18 de dezembro de 2025; e

Considerando o Processo SEDEME Nº 2022/417684, de 06 de abril de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Crédito Presumido de 100% (Cem por cento) calculado sobre o débito do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente nas saídas internas e interestaduais dos produtos fabricados na região pela empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.785.694-1, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos fiscais, devendo, inclusive, ser estornado qualquer resíduo de crédito, ainda que a empresa efetue saídas para o exterior;

§ 1º A Nota Fiscal, na respectiva operação, será emitida pela alíquota estabelecida para cada caso, observado os critérios de cálculo previstos na legislação estadual.

§ 2º As Notas Fiscais de Saída serão escrituradas no livro Registro de Saída normalmente, utilizando-se a coluna “Operações com Débito do Imposto”.

§ 3º A apropriação do crédito presumido far-se-á diretamente no livro Registro de Apuração do ICMS, no campo “Outros Créditos”, seguida da observação: “Crédito Presumido, conforme RESOLUÇÃO Nº 056, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025”.

§ 4º A apuração do imposto devido dos produtos de que trata o caput deste artigo deverá ser efetuada em separado das demais mercadorias não beneficiadas por esta Resolução.

Art. 2º Fica Isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS no fornecimento, em operações internas, de insumos, inclusive energia elétrica utilizadas no processo produtivo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.785.694-1, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos fiscais, devendo, inclusive, ser estornado qualquer resíduo de crédito, ainda que a empresa efetue saídas para o exterior.

Art. 3º Fica Isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente nas prestações de serviços e de transporte vinculadas às operações intermunicipais de matérias-primas para o processo produtivo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.785.694-1.

Art. 4º Fica Isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente nas operações de aquisição interna e de importação do exterior de embalagens destinadas ao processo produtivo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.785.694-1.

Art. 5º Fica isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente nas operações interestaduais de aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado e bens de uso e consumo da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.785.694-1, relativamente ao diferencial de alíquota devido.

Art. 6º Fica isento o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente nas operações de importação do exterior de insumos, bens de uso e consumo e de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO NOBRE LTDA, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.785.694-1.

Art. 7º O tratamento tributário previsto nesta Resolução poderá ser revogado e todos os seus efeitos serão considerados nulos, tornando-se devido o imposto corrigido monetariamente e acrescido das penalidades legais, na hipótese de descumprimento:

I - Da legislação que rege a matéria.

II - Das metas constantes do Projeto da empresa e aprovadas pela Co-